



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DEPARTAMENTO DE AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

LAILA MIRELLE DIÓGENES MANIÇOBA

**APLICABILIDADE DAS PRÁTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL E
SUSTENTABILIDADE NO SETOR FINANCEIRO: UM ESTUDO DE CASO NO
BANCO DO BRASIL S/A**

MOSSORÓ/RN
2014

LAILA MIRELLE DIÓGENES MANIÇOBA

**APLICABILIDADE DAS PRÁTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL E
SUSTENTABILIDADE NO SETOR FINANCEIRO: UM ESTUDO DE CASO NO
BANCO DO BRASIL S/A**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Lílían Caporlândia Giesta - UFERSA

MOSSORÓ/RN
2014

O Conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade de seus autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central Orlando Teixeira (BCOT)
Setor de Informação e Referência

M278a Maniçoba, Laila Mirelle Diógenes.

Aplicabilidade das práticas de gestão ambiental e sustentabilidade no setor financeiro: um estudo de caso no Banco do Brasil S/A. / Laila Mirelle Diógenes Maniçoba -- Mossoró, 2014.

56f.: il.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lílian Caporlândia Giesta

Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Pró-Reitoria de Graduação.

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Gestão Ambiental. 3. Banco do Brasil. I.
Titulo.

RN/UFERSA/BCOT /255-14

CDD: 658.408

Bibliotecária: Vanessa Christiane Alves de Souza Borba

CRB-15/452

LAILA MIRELLE DIÓGENES MANIÇOBA

**APLICABILIDADE DAS PRÁTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL E
SUSTENTABILIDADE NO SETOR FINANCEIRO: UM ESTUDO DE CASO NO
BANCO DO BRASIL S/A**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido– UFERSA, Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

APROVADO EM 26 / 02 / 14

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Líliah Caporlingua Giesta - UFERSA
Orientadora - Presidente

Prof.^a M.^a Inácia Girleene Amaral - UFERSA
Primeiro Membro

Prof.^a Dr.^a Yákara Vasconcelos Pereira Leite - UFERSA
Segundo Membro

A meu pai, *in memoriam*, que mesmo longe fisicamente sempre esteve ao meu lado em toda essa jornada, com sua luz e proteção.

DEDICO

A minha Mãe Vilma, que sempre me ajudou e me apoiou nessa difícil jornada. Para Luiz, meu namorado e amigo, que sempre esteve ao meu lado, me incentivando a ir além. Aos meus grandes amigos, que sempre acreditaram em mim, e que sem eles nada disso seria possível.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a **Deus**, pelo dom da vida, pela ajuda e proteção, pela Sua força e presença constante e por nunca ter deixado que minha fé fosse abalada, me guiando à conclusão de mais uma preciosa etapa de minha vida.

A **minha mãe Maria Vilma**, por toda sua garra e força e pela brilhante mulher que és. Que em todos os momentos esteve ao meu lado, desde o primeiro choro, me ensinando os reais valores desta vida; que com muita dedicação, amor e força me proporcionou a realização deste sonho.

A **meu namorado, Luiz Medeiros**, por estar sempre ao meu lado em todos os momentos, fossem eles bons ou ruins. Que compartilhou este sonho comigo e vivenciou cada etapa desta vitória, nunca me deixando desistir e sempre me fazendo acreditar que eu era capaz.

Aos meus **amigos**, muito mais que simples colegas de faculdade, que tanto me apoiaram e me incentivaram. Em especial a Marília Ricarte, Lorêna Rakel, Mariana Gandarela, Niéliton Sandson e Gilvan Xavier, pelos sorrisos, carinhos, incentivos e por sempre se fazerem presentes em minha vida nos momentos em que eu mais precisei.

A **minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Lílían Giesta**, pela valiosa colaboração, dedicação, paciência e pelos conhecimentos compartilhados. Agradeço também a todos os **mestres da UFERSA**, que com suas experiências e conhecimentos contribuíram diretamente na minha formação pessoal e profissional.

Aos **funcionários e gestores do Banco do Brasil**, que gentilmente contribuíram para a obtenção dos dados utilizados neste estudo.

Por fim, agradeço a todos que ao longo desta jornada cruzaram a minha vida e de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

“Nem tudo que se enfrenta pode ser
modificado, mas nada pode ser modificado até
que seja enfrentado.”

(Albert Einstein)

RESUMO

O tema Desenvolvimento Sustentável vem ganhando relevância e sendo alvo de estudos e discussões por todo o mundo. Seu maior desafio é a busca por criar uma consciência crítica na sociedade, tanto em relação à necessidade de mudança nos padrões de crescimento, quanto da necessidade de preservar o meio ambiente. Sua principal vertente está na busca pelo desenvolvimento econômico, promovendo o progresso social, sem gerar prejuízos ao meio ambiente. Neste cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar as ações sustentáveis adotadas pelo Banco do Brasil S/A – Agência Mossoró/RN. Para isso, realizou-se um estudo de caráter descritivo, fazendo uso do método qualitativo. Na análise das informações, foram utilizados dados primários, obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas com os principais envolvidos no tema. Com base nos dados analisados foi possível depreender, dentre outras coisas que, a empresa analisada possui projetos nas três esferas do DS e demonstra uma preocupação evidente com as questões ambientais, sociais e econômicas, comprovada através dos projetos e do envolvimento de grande parte dos funcionários, empresas da região e também da sociedade. Apesar desse envolvimento, ficou claro que a agência precisa de pessoas que liderem e coordenem os projetos, na busca por mantê-los a longo prazo. Além disso, é necessário também que haja uma sinergia entre todos os colaboradores para o sucesso de cada projeto.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável. Gestão Ambiental. Banco do Brasil

ABSTRACT

The theme Sustainable Development is gaining relevance and being studied and discussions around the world. Your biggest challenge is the quest to create a critical awareness in society, both in relation to the need for change in growth patterns, as the need to preserve the environment. Its main component is the pursuit of economic development, promoting social progress without producing damage to the environment. In this scenario, the present study aims to analyze the sustainable actions taken by the Banco do Brasil S/A - Agency Mossoró/RN. For this, we performed a descriptive study, using a qualitative method. Were used primary data through semi-structured interviews with key stakeholders on the issue in the analysis of information. Based on the data analyzed was possible to conclude, among other things, the company has projects analyzed in the three spheres of the DS and demonstrates a clear concern for environmental, social and economic issues, supported by the projects and the involvement of most employees, companies in the region and also the society. Despite this involvement, it became clear that the agency needs people who lead and coordinate projects in the search for long-term will keep them. Moreover, it is also necessary that there is a synergy among all employees to the success of each project.

Keywords: Sustainable Development. Environmental Management. Banco do Brasil

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: <i>Triple Bottom Line</i>	22
Figura 2: Gestão ambiental – Influências	31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais problemas ambientais acarretados pelas atividades industriais.....	14
Quadro 2: Os 10 princípios de Bellagio propostos para o desenvolvimento sustentável.....	18
Quadro 3: Tripé do Desenvolvimento Sustentável.....	21
Quadro 4: Benefícios às organizações da gestão ambiental integrada à estratégia	28
Quadro 5: Gestão Ambiental nas empresas - Abordagens	32
Quadro 6: Legenda utilizada para identificação dos respondentes.....	37
Quadro 7: Objetivos vs. principais resultados obtidos	42

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	OBJETIVO GERAL	13
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1	HISTÓRICOS DAS QUESTÕES AMBIENTAIS	14
2.1.1	A Revolução Industrial e o início dos problemas ambientais	14
2.1.2	A temática ambiental e os debates globais	16
2.2	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	19
2.2.1	Conceitos e Dimensões do DS	19
2.2.2	Desenvolvimento Sustentável no setor financeiro brasileiro	23
2.3	GESTÃO AMBIENTAL	29
3	METODOLOGIA	34
3.1	TIPO E DESCRIÇÃO GERAL DA PESQUISA	34
3.2	PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	35
3.3	CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	36
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	37
4.1	DIMENSÃO AMBIENTAL	37
4.2	DIMENSÃO SOCIAL	40
4.3	DIMENSÃO ECONÔMICA	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	REFERÊNCIAS	46
	APÊNDICE	49
	ANEXOS	52

1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1970, a sustentabilidade do planeta vem sendo debatida. A partir de então, uma vasta gama de estudos e ações ligados ao tema está sendo criada e discutida, trazendo em seu escopo o papel que as organizações adquiriram para com a sociedade e o meio ao qual estão inseridas. Contudo, Koerich (2008) ressalta que para que seja possível obter resultados positivos, é imprescindível que as práticas sustentáveis sejam consideradas como um elemento associado das organizações e, preferencialmente, incorporadas com a conscientização de cada funcionário.

Na luta pela preservação e manutenção dos recursos planetários, as organizações estão sendo constantemente questionadas, por diversos agentes sociais, quanto às alterações provocadas no ambiente, decorrentes do desenvolvimento de suas atividades e dos resíduos gerados pelas mesmas.

É nessa conjuntura que as instituições financeiras, enquanto detentoras dos recursos para o desenvolvimento econômico, se tornaram de fundamental importância para a disseminação de ações sociais e ambientais, partindo do pensamento que desenvolvimento sustentável depende da interação entre o desenvolvimento ambiental, social e econômico (KOERICH, 2008).

Contudo, por mais que o setor bancário brasileiro não apresente grandes impactos diretos nos problemas sócio-ambientais, ele é tido como um setor intermediador que atua na economia do país de forma indireta, tendo assim não uma função de ator específico de mudanças, mas sim de indutor sobre elas (LINS; WAJNBERG, 2007).

De acordo com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)¹, o setor financeiro do Brasil destaca-se como um dos mais avançados do mundo no contexto da sustentabilidade.

É nessa conjuntura que, desde o ano de 2006, o Banco do Brasil S/A passou a incentivar o desenvolvimento e a aplicação de iniciativas de práticas sustentáveis, como em relação ao combate ao desperdício de insumos, reciclagem dos materiais secos gerados em decorrência das suas atividades, redução de custos operacionais e o acompanhamento dos impactos das atividades do Banco no meio ambiente, baseando-se na política dos 3Rs: reduzir, reutilizar e reciclar.

¹ www.cebds.org.br

1.1 OBJETIVO GERAL

Este trabalho visa analisar as ações sustentáveis adotadas pela agência Mossoró/RN do Banco do Brasil S/A.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- i. Descrever as ações que refletem a dimensão ambiental da sustentabilidade;
- ii. Analisar as ações da dimensão social da sustentabilidade;
- iii. Descrever as ações que refletem a dimensão econômica da sustentabilidade;
- iv. Identificar e analisar as dificuldades primordiais encontradas na implantação dessas ações.

A escolha pela análise do Banco do Brasil S/A legitima-se pelo fato deste ter demonstrado, nos últimos anos, grande envolvimento com o quesito da sustentabilidade planetária, possuindo uma história repleta de projetos voltados à temática, como, por exemplo, a implantação de inúmeros projetos de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), a assinatura do Protocolo Verde, implantação do Programa Ecoeficiência e de Coleta Seletiva, e o lançamento de sua agenda 21 empresarial entre 2007 e 2008, decorrente do Protocolo de Intenções firmado com o Ministério do Meio Ambiente (MMA)².

Deste modo, o presente estudo justifica-se pela necessidade de ampliação das discussões acerca do Desenvolvimento Sustentável e da Gestão Ambiental, que apesar de apresentarem divergências em relação aos seus respectivos conceitos, estão sendo gradativamente introduzidas nas práticas e atividades das empresas. Além disso, busca-se também enriquecer o debate atual sobre a temática, procurando suprir lacunas existentes na literatura, tendo em vista que os trabalhos acadêmicos a respeito do tema envolvendo o setor financeiro brasileiro ainda são tidos como incipientes.

Com isso, na realização do estudo, inicialmente fez-se uma introdução sobre o histórico das questões ambientais. Abordam-se ainda os pontos mais relevantes a cerca do Desenvolvimento Sustentável. O Desenvolvimento Sustentável no setor financeiro também será um aspecto abordado. Em seguida, é feita a descrição das práticas de Gestão Ambiental, para só então, apresentar a metodologia da pesquisa realizada e os dados coletados, finalizando com as conclusões obtidas a partir do material abordado.

² www.bb.com.br

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRICOS DAS QUESTÕES AMBIENTAIS

2.1.1 A Revolução Industrial e o início dos problemas ambientais

O agravamento dos problemas ambientais, conforme aponta Moreira (2006), se deu, principalmente, em meados do século XVIII com o início da revolução industrial e em decorrência da produção em grande escala, que fez com que o homem passasse a produzir desmedidamente, intensificando o uso de matérias-primas e energia, aumentando a intensidade de utilização dos recursos naturais e, conseqüentemente, a geração de resíduos.

Barbieri (2007, p. 7) completa a visão de Moreira afirmando que:

É comum apontar a revolução industrial como um marco importante na intensificação dos problemas ambientais. A maior parcela de emissões ácidas, de gases de estufa e de substâncias tóxicas resulta das atividades industriais em todo mundo. O lixo gerado pela população cada vez mais está composto por restos de embalagens e de produtos industriais.

Grande parte do lixo e dos impactos ambientais causados por estabelecimentos de serviço, como agências bancárias, escolas, hospitais, repartições públicas, escritórios e lojas, se deve, sobretudo, aos materiais industrializados que dão suporte as suas atividades (BARBIERI, 2007).

Durante anos, os benefícios advindos do crescimento econômico, gerados em decorrência da revolução industrial, fizeram com que os problemas ambientais sequer fossem considerados. A poluição era evidente, mas o progresso a tornava um mal necessário e algo a se resignar (MOREIRA, 2006).

Não obstante, Santos e Finazzi (2008, p. 3) destacam que “[...] o mundo, através de suas revoluções paradigmáticas, organizou-se sob a orientação de que a natureza, pela sua abundância, não possui valor de troca”. Deste modo, a humanidade trata a natureza como um recurso infinito, na qual o único intuito é satisfazer a exigência e a necessidade da sociedade que, por sua essência, são ilimitadas (SANTOS; FINAZZI, 2008).

Nessa conjuntura, Nascimento, Lemos e Mello (2008) destacam que a intensificação da industrialização, a produção e o consumo desenfreado, a explosão demográfica e a urbanização, geraram, como principal sequela para o meio ambiente, a poluição do solo, da água e do ar, e a degradação e escassez dos recursos naturais, sejam eles renováveis e não renováveis, criando condições favoráveis ao surgimento de catástrofes ambientais.

Moreira (2006), conforme retratado no Quadro 1, faz uma análise semelhante ao citar os principais problemas ambientais ocasionados pela revolução industrial.

Quadro 1 – Principais problemas ambientais acarretados pelas atividades industriais

	Principais problemas ambientais
Água	• Contaminação dos oceanos • Comprometimento no suprimento de água para consumo humano • Qualidade da água
Ar	• Efeito Estufa • Poluição ambiental • Redução da camada de ozônio
Florestas e Biodiversidade	• Devastação dos recursos florestais • Extinção dos recursos florestais
Energia	• Redução do uso de energia fornecida por fontes não renováveis
Resíduos	• Geração desenfreada de resíduos • Esgotamento da capacidade dos aterros • Disposição inadequada dos resíduos

Fonte: adaptado de Moreira (2006)

Barbieri (2007) destaca, porém, que esses problemas não foram ocasionados apenas com a revolução industrial. Contudo, antes desse período, a poluição causada pelo homem e suas atividades era mais facilmente absorvida pelo meio ambiente, por serem basicamente de natureza orgânica e por ficarem confinadas em regiões específicas.

Juntamente com a revolução industrial e o desenvolvimento tecnológico começam a surgir no meio ambiente uma variedade de materiais e substâncias, a fim de atender as necessidades de consumo da sociedade por bens e serviços, estimulando a exploração dos recursos naturais e elevando a quantidade de resíduos despejados na natureza (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008).

Bellen (2006), ao fazer uma reflexão sobre os problemas ambientais, mostra que a relação sociedade e meio ambiente aos poucos começou a ser observada, por estudiosos e agentes sociais, de maneira mais crítica e menos localizada, levando ao aparecimento de novas alternativas que induzissem a sociedade a reduzir os impactos ambientais que ela produz sobre o meio ambiente.

2.1.2 A temática ambiental e os debates globais

A preocupação com as questões ambientais, numa escala global, teve início no começo do período Pós-Guerra, quando começou a se perceber um acelerado surto de desenvolvimento econômico, abrangendo, inclusive, países que não estavam ligados diretamente aos conflitos (BARBIERI, 1997).

Conforme revela Bellen (2006), entre as décadas de 1960 e 1980, inúmeros desastres ambientais – como o famoso acidente na usina nuclear de Chernobyl em 1986, na antiga União Soviética – provocaram no continente europeu um crescimento impressionante no nível de conscientização em relação às questões ambientais. O mesmo aconteceu na América do Norte, após o trágico vazamento de petróleo do navio *Exxon Valdez*, na costa do Alasca, no ano de 1989.

No Brasil, acidentes como o derrame de aproximadamente 1,3 mil toneladas de óleo na Baía de Guanabara/RJ em janeiro de 2000, e as explosões de um trem carregado de combustível na Bahia, de um oleoduto em Cubatão/SP, e de um reservatório de combustível em uma indústria petroquímica no Rio de Janeiro, também serviram como alertas à população em relação às ameaças à vida no planeta Terra (GRASEL, 2008).

É nesse contexto que os problemas ambientais, antes tratados como independentes e localizados, restritos aos limites territoriais e nacionais – além de imputados à indiferença, negligência, ignorância ou desleixo das pessoas e autoridades – tiveram, conforme afirma Barbieri (1997), que ser analisados com maior apreensão, e de modo global, se tornando uma das grandes preocupações socioambientais no encerramento do século XX.

As empresas, a partir desse cenário, se viram obrigadas a agir de modo pró-ativo diante da infinidade de danos ambientais e sociais causados em sua maioria pelas suas atividades industriais baseadas no consumo desenfreado de matérias primas, energias não-renováveis e na degradação ambiental (ALVES, 2011).

Partindo dessa lógica, Barbieri (2007, p. 33) ressalta que:

Problemas ambientais globais exigem respostas globais. As iniciativas para enfrentá-los propiciaram ao longo do tempo o surgimento de diversos acordos multilaterais, bem como de órgãos intergovernamentais para administrá-los e mecanismos de ação internacional.

Foi então que, a partir da década de 1970, começaram a surgir em todo o mundo debates e conferências relacionadas com a temática ambiental. O grande marco foi entre 1972 e 1974, quando foi publicado o relatório denominado *The Limits to Growth* (Os Limites para

o Crescimento), escrito por Donella H. Meadows e outros autores, oriundo dos estudos e debates científicos do Clube de Roma. O relatório propunha a ideia do crescimento zero, e alertava sobre a finitude dos recursos naturais (BELLEN, 2006; NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008).

No ano de 1972 também ocorreu a I Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, organizada pelo ONU (Organização das Nações Unidas), tendo como principal preocupação o crescimento acelerado da urbanização e a tecnologia envolvida no processo de industrialização, colocando em pauta a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento (MOREIRA, 2006).

Em meados da década de 1980, segundo Nascimento, Lemos e Mello (2008), houve o fenômeno da globalização com relação às preocupações ambientais. Dois exemplos desse fenômeno foi o Protocolo de Montreal, firmado em 1987, e o início dos debates da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), em 1982, também chamada de Comissão *Brundtland*, que contém os seguintes objetivos:

Propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um Desenvolvimento Sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante; recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve à consecução de objetivos comuns e interligados que considerem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento; considerar meios e maneiras pelos quais a comunidade internacional possa lidar mais eficientemente com as preocupações de cunho ambiental; e ajudar a definir noções comuns relativas a questões ambientais de longo prazo e os esforços necessários para tratar com êxito os problemas da proteção e da melhoria do meio ambiente (CMMAD, 1991, p. xi).

Sob a chefia de Gro Harlem Brundtland, a comissão teve como resultado final de seus trabalhos, em 1987, a elaboração do relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, que apresenta uma visão crítica sobre o antagonismo entre os padrões de consumo e de produção, propondo uma aliança entre a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico, no intuito de criar condições de vida mais igualitárias (MOURA, 2011).

A década de 1990 foi marcada por grandes impulsos com relação à consciência ambiental, em que as organizações começaram a pensar na racionalização do consumo de matérias primas e energia, e a estimular a reutilização e reciclagem dos resíduos descartados (OLIVEIRA; DENARDIN; MURINI, 2009).

Como principal evento da década de 1990 destaca-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, denominada Rio 92, Eco 92 ou Cúpula da Terra, que contou com a participação de

172 países (MOURA, 2011). Os principais documentos oriundos da conferência foram: a Carta da Terra, ou declaração do Rio e a Agenda 21, composto por um plano de ação a fim de alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008).

Posteriormente à Eco-92, Barbieri (2007) ressalta as conferências Rio+10 e Rio+20 como referência acerca das discussões sobre produção e consumo sustentáveis. Ocorrida em 2002, a Rio+10 teve como destaque o Processo de Marrakesh responsável por descrever e dar aplicabilidade ao conceito de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS). Segundo informações do Ministério do Meio Ambiente³, o Brasil aderiu ao Plano de Marrakesh em 2007, lançando o seu Plano de Ação para a PCS no ano de 2010, estabelecendo prioridades para o período de 2010-2013.

Também após a Eco-92, Philippi Jr. e Pelicioni (2005) destacam que, no ano de 1996, reuniram-se na cidade de Bellagio, na Itália, um grupo de pesquisadores com a finalidade de estudar o progresso ocorrido no mundo após a conferência Rio-92, em relação ao cumprimento dos acordos estabelecidos no evento.

O resultado desse encontro foi denominado “Princípios de Bellagio”, resumidos no Quadro 2, que estabelecem dez princípios que servem de orientação para o alcance do desenvolvimento sustentável. O princípio 1 diz respeito ao entendimento do que vem a ser desenvolvimento. Os princípios de 2 a 5 fazem menção aos métodos de avaliação desse processo. Já os princípios de 6 ao 8 dizem respeito as questões fundamentais no processo de mudanças. E, por fim, os princípios 9 e 10 referem-se ao procedimento de educação e conscientização ambiental (PHILIPPI JR.; PELICIONI, 2005).

Quadro 2 – Os 10 princípios de Bellagio propostos para o desenvolvimento sustentável

	Descrição
1	É necessário primeiramente ter uma visão clara de desenvolvimento sustentável e as metas que a definem.
2	Proceder a revisão do sistema atual como um todo e em partes; considerar a interação dos subsistemas social, ecológico e econômico, considerando as conseqüências positivas e negativas das atividades humanas, de maneira que reflita os custos e benefícios para os seres humanos e sistemas ecológicos, em termos monetários e não monetários.
3	Considerar as questões de igualdade e disparidade entre a população atual e entre as gerações presentes e futuras, avaliando o uso dos recursos, consumo e pobreza, considerando as condições ecológicas das quais a vida depende, considerar o desenvolvimento econômico e outras atividades fora do mercado, que contribuem para o bem-estar humano e social.

³ www.mma.gov.br

4	Adotar um planejamento longo o suficiente para abranger as escalas de tempo humano e dos ecossistemas naturais, respondendo assim às necessidades das futuras gerações, como também às que precisam de decisões de curto prazo; e definir um escopo de trabalho abrangente o suficiente para que inclua os impactos locais, regionais e/ou globais na população e ecossistemas;
5	Utilizar uma estrutura organizacional que possa conectar a visão e os objetivos das organizações aos indicadores e critérios de avaliação, na tentativa que se possa medir com clareza o progresso obtido.
6	Os métodos utilizados e os dados obtidos devem ser fácil acesso por todos, onde tudo o que foi julgado e interpretado devem estar de forma claramente especificado.
7	Ser projetado para satisfazer às exigências da sociedade, utilizando métodos que estimulem e prendam a atenção dos governos.
8	Conseguir representantes na comunidade, como grupos sociais ou profissionais em geral, no intuito de garantir a diversidade dos valores usados.
9	Criar formas de monitoramento na obtenção dos resultados, levando em consideração a complexidade e mutação dos sistemas, e estando sempre preparados para novas adaptações diante desse cenário.
10	Delegar responsabilidades e estabelecer as prioridades no processo de gestão.

Fonte: adaptado de Philippi Jr. e Pelicioni (2005).

Grasel (2008) destaca que já se passaram mais de 40 anos de conferências, reuniões e deliberações, nacionais e internacionais, com o intuito de conscientizar a sociedade em relação aos problemas ambientais e ao futuro do planeta, contribuindo para a criação de uma nova consciência ambiental, principalmente no âmbito organizacional, seja pela pressão da população, seja pelas regulamentações impostas.

É nesse contexto que Philippi Jr. e Pelicioni (2005) destacam a importância do surgimento da concepção de desenvolvimento sustentável, fixada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em 1972 e frutificada na Conferência Rio-92, como sendo a responsável por impulsionar o despertar da consciência ecológica em todo o mundo.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ao introduzir o tema, justifica-se que a opção pelo termo “Desenvolvimento Sustentável” (DS) se deu por que o termo “sustentabilidade”, em suma, apresenta um sentido voltado, tradicionalmente, para a sustentabilidade na área de administração e economia.

2.2.1 Conceitos e Dimensões do DS

O desenvolvimento sustentável, de acordo com Guedes (2007), tornou-se um dos grandes desafios do século XXI. Seu maior objetivo é criar uma consciência crítica na sociedade, tanto em relação à necessidade de mudança dos padrões de crescimento atuais, quanto da necessidade de proteger o meio ambiente.

Contudo Philippi Jr. e Pelicioni (2005) ressaltam que a conceituação de desenvolvimento sustentável deriva de um longo processo histórico de reavaliação das formas de relacionamento entre a sociedade e o meio ambiente ao qual está inserido.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 apresentou um salto considerável em relação à temática ambiental, ao citar em seu Capítulo VI, Art. 225, que:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Para Bellen (2006), o termo desenvolvimento sustentável foi discutido pela primeira vez em 1980, pela *World Conservation Union*, também conhecida como *International Union for the Conservation of Nature Resources* (IUCN), através do documento denominado *World's Conservation Strategy*. Nele, para que o desenvolvimento seja considerado sustentável é necessário ponderar às dimensões ecológica, social e econômica, bem como as vantagens de curto, médio e longo prazo das ações governamentais.

No entanto, Almeida (2002) faz uma ressalva ao citar que foi a Comissão de Brundtland, através do relatório *Nosso Futuro Comum*, que pôs em circulação a expressão “desenvolvimento sustentável”. A partir desse relatório surge uma das definições mais aceitas e conhecidas sobre o tema, que afirma que o desenvolvimento sustentável é “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 9).

Como complemento a esse conceito destaca-se que,

A satisfação das necessidades essenciais depende em parte de que se consiga o crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas. Onde já são atendidas, ele é compatível com o crescimento econômico, desde que esse crescimento reflita os princípios amplos de sustentabilidade e da não-exploração dos outros (CMMAD, 1991, p. 47).

No entanto, Dahl (1997, apud BELLEN, 2006) pondera que o conceito de desenvolvimento sustentável definido pelo Relatório de Brundtland é muito amplo e não especifica responsabilidades e objetivos. Segundo Dahl, a principal falha desse conceito se deve ao fato de que a sociedade precisa saber, claramente, quais as metas que precisam ser alcançadas, para que se possam medir, posteriormente, os avanços obtidos. Porém, o próprio autor considera que isso não é uma tarefa fácil.

A esse respeito Philippi Jr. e Pelicioni (2005, p. 264) destacam que:

O conceito definido em 1987 no decorrer do tempo se revelou, de certa maneira, um tanto sintético em relação ao conteúdo, e meio genérico quanto às possibilidades de um correto entendimento. Talvez em decorrência de um possível sintetismo, o alcance de todo o seu significado e as reais intenções de seus autores não tivessem sido explicitados na íntegra. Sintética e genérica de um lado e, de outro, repetida à exaustão sem submeter a outras análises mais profundas, a expressão desenvolvimento sustentável [...] virou um discurso com a força de uma retórica oficial sem, todavia, clarear exatamente o que quer dizer, dando margem às mais diversas interpretações, muitas vezes motivadas pelos interesses ou pelas ideologias de cada um.

O desenvolvimento sustentável, na visão de Guedes (2007), tem como objetivo fundamental a busca pelo desenvolvimento econômico sem gerar prejuízos ao meio ambiente. O autor é enfático ao relatar que o uso mais eficiente dos recursos e a busca pela melhoria na qualidade de vida auxiliam a criação de uma sociedade com o poder de sustentar tanto a geração presente quanto as futuras.

É nessa conjuntura que os autores Nascimento, Lemos e Mello (2008), realçam que o DS baseia-se em um processo de mutação, em que a sociedade e as organizações precisam avaliar uma nova forma de desenvolvimento econômico, no intuito de atender a necessidade de produção e consumo de bens e serviços, preservando o meio ambiente.

Ampliando esse entendimento, diversos autores (ALMEIDA, 2002; ALVES, 2011; BELLEN, 2006; ENLAZADOR, 2010; GIESTA, 2009; NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008; OLIVERA; DENARDIN; MURINI, 2009) enfatizam que o Desenvolvimento Sustentável está estruturado sobre três dimensões básicas: social, econômica e ambiental, conforme Quadro 3. Essas três dimensões, além de esclarecer os rumos para compreender e englobar as inúmeras vertentes que rodeiam a temática ambiental servem, principalmente, para balizar soluções a curto, médio e longo prazo (ENLAZADOR, 2010).

Quadro 3 – Tripé do Desenvolvimento Sustentável

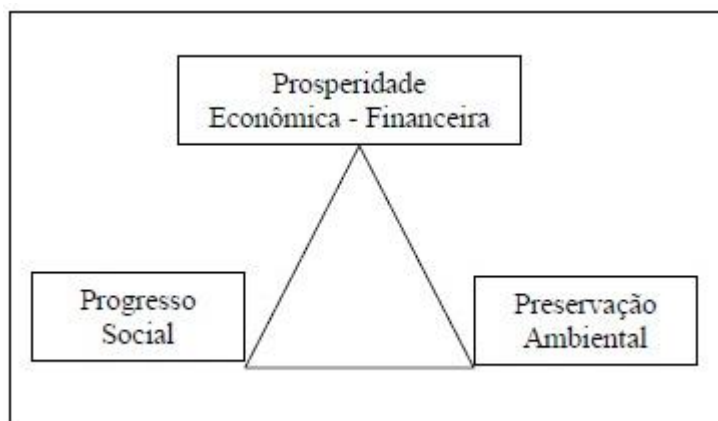
Dimensão Econômica	Compreende tanto a geração e a distribuição de renda igualitária, quanto a eficiente distribuição e alocação dos recursos naturais e a manutenção do capital, de maneira que o crescimento econômico não ultrapasse os limites do meio ambiente. Ou seja, afirma que para se alcançar o DS é necessário que a integração entre ambiente e a economia devam ser alcançadas dentro do processo decisório das organizações e também pela população.
Dimensão Social	Possui como ênfase à presença do ser humano na ecosfera, possuindo como principais preocupações: as condições de vida humana, o seu bem-estar e os elementos usados para melhorar a qualidade de vida.

Dimensão Ambiental	Tem como foco os impactos ambientais decorrentes das atividades humanas. Isto é, busca diminuir o nível de deterioração do meio ambiente, minimizando a exploração dos recursos naturais, diminuindo a quantidade de resíduos despejados na natureza e maximizando as políticas de conservação dos ecossistemas.
--------------------	--

Fonte: adaptado de Bellen (2006).

Esse tripé é abordado por Cirelli e Kassai (2013) como sendo denominado de *Triple Bottom Line*, ou tripé da sustentabilidade, proposto por Jonh Elkington nos anos 1990. Esse tripé, conforme demonstrado na figura 1, busca uma sinergia estrutural que diminuam os impactos ambientais produzidos pelas atividades industriais, unindo os valores sociais, ambientais e econômicos.

Figura 1 - Triple Bottom Line



Fonte: adaptado de Lins e Wajnberg (2007)

Autores como Bellen (2006) e Alves (2011) levam em consideração outras duas dimensões como parte do desenvolvimento sustentável. Tais dimensões são:

- Dimensão Cultural: compreende que o crescimento econômico deve ocorrer sem que haja um rompimento nos valores culturais, preservando e difundindo as tradições, costumes e valores da sociedade.
- Dimensão Política: abrange a motivação e mobilização de toda a população, na busca por maior acesso à informação e a um consenso nas decisões coletivas.

De todas essas dimensões citadas pelos autores, Santos e Finazzi (2008) explicam que a adoção da perspectiva ambiental, que antes era tida como uma ameaça, se converteu em uma série de vantagens para as organizações, fazendo com que sejam repensados os processos produtivos e os mercados de atuação.

Silva (2008), ao tratar da temática, afirma que uma empresa sustentável e socialmente responsável é aquela que possui atuação nas três dimensões. Isto é, promove o equilíbrio social, fomentando o crescimento econômico sem agredir ao meio ambiente.

Contudo, nem sempre as empresas conseguem trabalhar com essas três dimensões. Percebe-se que algumas organizações abordam essas três esferas de modo segregado, em que a sustentabilidade é abordada sob uma ótica a curto prazo, de acordo com as necessidades da empresa e de suas equipes (CIRELLI; KASSAI, 2013).

Na mesma linha de pensamento, Almeida (2002) defende que as práticas sustentáveis ainda são consideradas uma novidade. Para o autor, alcançar essas três dimensões exige da sociedade e das organizações uma brusca ruptura nos antigos padrões e valores impregnados na sociedade.

É a partir desse raciocínio que Barbieri (2007, p. 37) destaca que:

O desenvolvimento sustentável resultaria, portanto, de um pacto duplo, um pacto intergeracional, que se traduz na preocupação constante com o gerenciamento e a preservação dos recursos para as gerações futuras, e um pacto intrageracional que se expressa nas preocupações quanto ao atendimento às necessidades básicas de todos os humanos.

Com isso percebe-se que a complexidade das questões ambientais aumenta a necessidade de integração entre a sociedade, o governo e o setor privado com a finalidade de lutar por soluções unificadas e sustentáveis (ENLAZADOR, 2010).

2.2.2 Desenvolvimento Sustentável no setor financeiro brasileiro

As Instituições financeiras adquiriram ao longo dos anos, em função das suas atividades, uma posição de influência no cotidiano das empresas, governo e principalmente da sociedade. É a partir desse pressuposto que se evidencia a importância deste setor na busca pela aliança entre a economia e o desenvolvimento sustentável (SILVA, 2008).

Os bancos, seguradoras e gestores de fundos, diante das pressões impostas pela sociedade se deparam com um novo desafio que transpassa a visão econômica impregnada no setor. As instituições financeiras passaram a ter que lidar com uma gama de variáveis sociais e ambientais, até então desconhecidas (PEREIRA, 2010). Koerich (2008) conclui que esse desafio fez o setor atentar-se para o fato de que o desenvolvimento sustentável deve ser parte integrada dos negócios da instituição, não só no intuito de reduzir riscos, mas também como fator competitivo.

De acordo com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), o sistema financeiro brasileiro é destacado como um dos setores mais avançados do mundo no que cabe ao desenvolvimento sustentável (KOERICH, 2008; MEDEIROS, 2011).

Em contra partida, os autores Santos e Finazzi (2008) entendem que as instituições do setor financeiro, em sua maioria, têm atuado de forma lenta e gradativa com relação as suas responsabilidades socioambientais.

Lins e Wajnberg (2007) demonstram que a preocupação do setor financeiro com as questões sustentáveis pode ser percebida de variadas formas, seja na elaboração de novos produtos ligados à preservação ambiental, seja na preocupação com as atividades internas que dão suporte à instituição.

Foi a partir da década de 1990 que as instituições financeiras passaram a atuar com maior intensidade nas questões ligadas ao desenvolvimento sustentável. O grande marco foi à criação do Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP), que reuniu em média 270 instituições ligadas ao setor financeiro, no intuito de debater as relações entre o meio ambiente e o setor econômico (SILVA, 2008).

Em 1995, é lançado o Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade (DJSI) fruto de uma associação entre a *Dow Jones & Company* e o Gerenciamento Sustentável de Ativos. O DJSI foi criado com a finalidade de medir o desempenho social e ambiental das empresas, tendo como principais destaques os bancos que atuam no Brasil. Entre 1996 e 2001, o DJSI alcançou o índice de 18,4%, ultrapassando o próprio Índice *Dow Jones* Geral, que só atingiu 14,8%. O Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade avalia a lucratividade de cerca de 320 empresas com relação ao seu desempenho socioambiental, contra quase três mil empresas que compõem o Índice *Dow Jones* Geral (ALMEIDA, 2002).

Também no ano de 1995, foi criado o Protocolo Verde, fruto de um acordo consolidado entre os principais bancos públicos brasileiros e o governo, que teve como resultado a elaboração da carta de princípios para o desenvolvimento sustentável. Esse acordo foi comparado a Declaração dos Bancos para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (PEREIRA, 2010).

Koerich (2008) especifica que os dois órgãos brasileiros mais importantes que tratam da relação entre desenvolvimento sustentável e as instituições financeiras são:

- Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade: criada no ano de 2002 e vinculada a FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos), a comissão possui como finalidade difundir e promover os conceitos e práticas para o desenvolvimento sustentável do setor financeiro. Além disso, tem como objetivos estimular a inserção das questões de DS no setor; criar e implantar práticas de investimentos sociais; e agenciar a troca de experiências, entre instituições, relacionadas ao tema.
- Câmara Técnica de Finanças Sustentáveis (CTFin): foi elaborada no ano de 2005, é uma entidade vinculada ao CEBDS e tem como principais integrantes o ABN Real, BM&F, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Itaú. Este órgão é constituído em sua maioria por grupos do mercado de finanças, tendo como finalidade disseminar as discussões sobre os princípios e práticas sustentáveis, a fim de que gerem resultados concretos; colaborar para que o setor financeiro admita o seu papel na fomentação do desenvolvimento sustentável, além de instigar as instituições financeiras sobre o seu papel para com o meio ambiente e o desenvolvimento.

Outro órgão de grande importância destacado por Pereira (2010) foi a criação, em 2005, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), pela Bolsa de Valores de São Paulo, com características que se assemelham ao DJSI. Esse índice mede e acompanha o desempenho financeiro das instituições de destaque no quesito desenvolvimento sustentável e com ações negociadas na Bovespa.

Segundo Alves (2011), as instituições financeiras vêm ganhando destaque no contexto da sustentabilidade, apesar de suas atividades não desempenharem impactos diretos no meio ambiente, se comparado com as indústrias extrativistas. Um retrato disto são as premiações internacionais relacionadas à temática, tendo instituições brasileiras como figurantes (PEREIRA, 2010).

O Banco do Brasil ganhou o prêmio *Financial Times Sustainable Awards*, como o banco sustentável no ano de 2007, na categoria de países latino-americanos. Já em 2010, foi a vez do Itaú Unibanco receber a mesma premiação, pela segunda vez, como o banco mais sustentável dos mercados emergentes latino-americanos. Também no ano de 2010, o Banco do Brasil recebeu o prêmio *Global Reporting Initiative (GRI) Readers Choice Awards*, por

causa do seu Relatório de Sustentabilidade de 2008, ao lado do Bradesco que foi premiado como relatório mais eficaz (MEDEIROS, 2011).

Apesar deste cenário positivo, Koerich (2008) lembra que, quando se trata da relação dos bancos com as questões ambientais, esses estão sujeitos a três tipos de risco:

- Risco de reputação: refere-se às pressões impostas pelas ONGs (Organizações não governamentais) e pela própria sociedade sobre os bancos, para que estes adotem uma política de financiamentos que levem em consideração a análise dos riscos ambientais;
- Riscos indiretos: acontecem quando os riscos ambientais podem afetar uma organização da qual o banco tenha algum tipo de relacionamento, seja como financiador do projeto, seja como detentor de ativos financeiros;
- Riscos diretos: podem ser percebidos quando a própria instituição financeira, e suas atividades internas, estão diretamente ligadas a ações poluidoras ou ao uso excessivo de energias e recursos naturais.

A Revista Negócio Sustentável de 2008 (apud, CIRELLI; KASSAI, 2013) revela que os dez desafios centrais para o alcance do desenvolvimento sustentável no setor financeiro são: 1) difundir o conceito por toda a organização; 2) motivar os envolvidos em relação ao tema; 3) descrever os principais riscos ambientais das atividades de financiamento; 4) descrever o valor da sustentabilidade no tripé do DS; 5) garantir o uso responsável do crédito; 6) ampliar a importância dos projetos ambientais; 7) inovação constante; 8) inovar os produtos e processos; 9) buscar o equilíbrio entre os benefícios de curto prazo e as necessidades futuras; 10) alterar a opinião pessimista dos clientes em relação à organização.

Destarte, Medeiros (2011) explana que a inclusão das práticas de desenvolvimento sustentável deve estar intrinsecamente relacionada com a missão da instituição financeira, seja ela pública ou privada, onde suas políticas servirão como indicadores para a elaboração de projetos sociais e ambientais.

Essas práticas podem se manifestar dentro de uma instituição financeira através de várias formas. A principal delas é denominada Prática de Gestão, que se refere aos projetos que não estão ligados diretamente às atividades que geram receita para a instituição, podendo se manifestar, por exemplo, através da reformulação de atividades e da gestão dos resíduos (MEDEIROS, 2011).

Cirelli e Kassai (2013) descrevem que as instituições podem adotar sete tipos diferentes de práticas de gestão, no intuito de direcionar o foco de suas ações. São elas:

- a) Ecoeficiência;
- b) Divulgação de performance;
- c) Análise e Seleção de fornecedores sob critérios socioambientais;
- d) Mudanças climáticas;
- e) Investimentos em segurança da informação;
- f) Lavagem de dinheiro;
- g) Mudanças climáticas.

Salgado (2007) afirma que a principal ferramenta utilizada pelas instituições do setor financeiro na busca pelo alcance das práticas de gestão para o desenvolvimento sustentável é a Ecoeficiência.

A *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), citado por Santos e Finazzi (2008, p. 5), trata o conceito de ecoeficiência como sendo:

[a] oferta de bens e serviços a preços competitivos, que, por um lado, satisfaçam as necessidades humanas e contribuam para a qualidade de vida e, por outro, reduzam progressivamente o impacto ecológico e a intensidade de utilização de recursos ao longo do ciclo de vida, até atingirem um nível, que, pelo menos, respeite a capacidade de sustentação estimada para o planeta Terra.

Para que uma empresa seja considerada sustentável, na visão de Almeida (2002), ela precisa lutar incessantemente pelo alcance da ecoeficiência, seja na redução do consumo dos recursos naturais, seja na mudança dos processos produtivos e de gestão.

Reforçando esse entendimento, Santos e Finazzi (2008) descrevem os seis elementos que compõem a ecoeficiência como sendo: 1) redução do uso de materiais e energia nos processos; 2) adoção de práticas de reciclagem dos materiais descartados; 3) diminuição do descarte de elementos tóxicos a natureza; 4) extensão da durabilidade dos produtos; 5) maximização do uso de produtos e serviços ecológicos e; 6) intensificação do uso de energias e recursos renováveis.

A partir desse entendimento, e analisando o cenário dos bancos e demais instituições financeiras, percebe-se que a ecoeficiência, nesse setor, limita-se ao consumo de papel, água, cartuchos de impressão, energia elétrica e outros resíduos sólidos, já que suas atividades não produzem resíduos tóxicos que poluem diretamente o meio ambiente (LINS; WAJNBERG, 2007).

Na visão de Medeiros (2011), a relevância do consumo de papel por agências bancárias se dá levando em consideração a necessidade de impressão de formulários, relatórios e de envio de documentos como extratos, materiais promocionais, faturas de cartão de crédito dentre outras atividades.

O Relatório Anual da FEBRABAN (2009) demonstra que, somente no ano de 2009, os seis maiores bancos brasileiros consumiram cerca de 20 mil toneladas de material em suas atividades.

Outro ponto relevante do setor, em relação à ecoeficiência, é o alto consumo de energia das instituições do setor financeiro de grande porte, tornando-se necessário a adoção de práticas de economia no uso de energia elétrica, principalmente devido à atual situação de escassez dos recursos energéticos que o mundo enfrenta (LINS; WAJNBERG, 2007).

Um retrato positivo deste cenário foi relatado pelo Relatório de Responsabilidade Social, publicado em 2006 pela FEBRABAN. Neste relatório, foram avaliados os resultados benéficos obtidos pelos bancos que adotaram práticas sustentáveis e a gestão da ecoeficiência, onde 63% dos bancos avaliados assumiram adotar práticas para reduzir o consumo de papel.

O estudo demonstrou ainda que, o uso dessas práticas fez com que houvesse uma redução de 42% na geração de resíduos sólidos, em que 63% dos bancos afirmaram dar um destino correto ao lixo gerado. Além disso, foi constatada uma queda de 75% no consumo de energia e, 63% em relação ao consumo de água (FEBRABAN, 2006).

O quadro 4 sintetiza claramente os benefícios econômicos e estratégicos de uma organização, oriundos da adoção das práticas de gestão sustentáveis nos seus processos.

Quadro 4 – Benefícios às organizações da gestão ambiental integrada à estratégia

BENEFÍCIOS ECONÔMICOS	Economia de custos no processo	• Redução do consumo de materiais: água, energia e outros insumos. • Aumento na efetividade do processo. • Diminuição de efluentes, bem como, reciclagem, venda e aproveitamento de resíduos. • Redução de multas e penalidades por poluição
	Incremento de receitas	• Aumento da contribuição marginal de “produtos verdes” que podem ser vendidos por preços maiores. • Aumento da participação no mercado devido à inovação dos produtos e menor concorrência. • Linhas de novos produtos para novos mercados. • Aumento da demanda por produtos que contribuam para a diminuição da poluição.

BENEFÍCIOS ESTRATÉGICOS		• Melhoria da imagem institucional. • Renovação do portfólio de produtos. • Aumento da produtividade. • Alto comprometimento dos empregados. • Melhoria nas relações de trabalho • Aumento da criatividade para novos desafios. • Melhoria nas relações com órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientalistas. • Acesso facilitado ao mercado externo. • Melhor adequação aos padrões ambientais
---	--	--

Fonte: Santos e Finazzi (2008, p. 6)

Para Santos e Finazzi (2008), é necessário que haja uma reorientação das práticas de produção, através da inovação tecnológica aliada à aplicação do paradigma do desenvolvimento sustentável que, embora independente, é abordado no âmbito das organizações por práticas de Gestão Ambiental.

2.3 GESTÃO AMBIENTAL

Entre o período da Revolução Industrial e o final do século XX, a Gestão Ambiental ainda era considerada como um custo para a organização. Na visão do gestor, a adoção dessa prática era vista como uma despesa necessária e obrigatória, com a única finalidade de atender às exigências legais (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008).

Foi somente após a Revolução Industrial que as manifestações de Gestão Ambiental (GA) deixaram de lado o foco na escassez dos recursos naturais, e passaram a ter como preocupação principal os problemas concernentes à poluição do meio ambiente, abordando-os em uma visão sistêmica (BARBIERI, 2007).

Conforme aponta Barbieri (2007), a abordagem acerca da Gestão Ambiental só começou a ser debatida efetivamente pelos governantes dos Estados nacionais, consolidando-se de acordo com o avanço dos problemas ambientais. Contudo, as ações governamentais eram, quase em sua totalidade, de caráter corretivo, ou seja, o governo esperava um problema ambiental surgir, para só então combatê-lo.

No entanto, a elaboração e aprovação da conturbada Lei nº 9.605/98, de Crimes Ambientais, mudou esse cenário, servindo para consolidar o papel do Estado perante a efetiva responsabilidade da sociedade e das empresas para com o meio ambiente, uma vez que passou a punir-los penalmente pelos seus atos (MOREIRA, 2006).

Completando o que afirmam Barbieri e Moreira, os autores Philippi Jr. e Pelicioni (2005) destacam que a GA é, por conseguinte, a implantação e administração, pelo governo, de uma política ambiental mediante ações e investimentos, além da definição de metas para a sociedade em geral, adotando uma postura preventiva, a fim de preservar e garantir a sustentabilidade do meio natural e de sua biodiversidade.

Em contra partida, Philippi Jr., Roméro e Bruna (2004), lembram que enquanto a sociedade continuar crescendo com foco unicamente econômico, independente da criação de normas, decretos ou leis, nunca será possível afirmar que exista uma Gestão Ambiental.

Pode parecer satisfatório para um gestor que não tenha conhecimento das inovações introduzidas por outras organizações na área ambiental optar unicamente por um programa de reciclagem ou de eficiência de energia. Esse é um esforço importante e útil, mas também é recomendável uma reavaliação de produtos e processos de produção da organização, buscando, de fato, uma modificação mais profunda (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008, p. 180).

Já para Maimon (1996, apud Giesta, 2009, p. 30), a Gestão Ambiental é conceituada como “[...] um conjunto de procedimentos para gerir ou administrar uma organização, de forma a obter o melhor relacionamento como meio ambiente”. Nessa mesma linha de pensamento, a autora completa que a GA é tida como uma das melhores opções a ser adotada pelas organizações que buscam conciliar a conservação ambiental e o crescimento econômico.

Na visão de Quintas (2006, p. 30) GA é vista como:

O processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal.

A Gestão Ambiental defendida por Nascimento, Lemos e Mello (2008), parte do pressuposto de que GA é uma abordagem reativa e defensiva, elucidada, principalmente, através dos empenhos ambientais reativos.

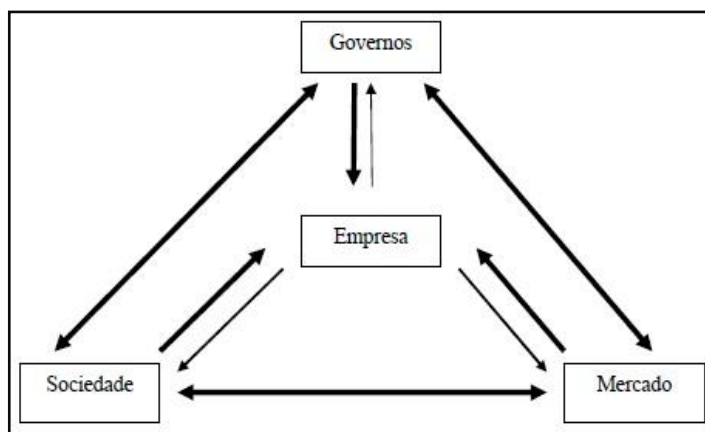
Na mesma linha de pensamento, Moreira (2006) destaca que, uma instituição que apresenta um nível ínfimo de GA, deve agir de forma reativa, estabelecendo departamentos responsáveis unicamente por tratar das questões ambientais, por atender as exigências legais, e por criar mecanismos de controle dos impactos ambientais ocasionadas em decorrência das suas atividades.

Na prática, essa gestão caracteriza-se como uma atividade voltada para a ordenação de diretrizes com o objetivo de consolidação de políticas e práticas gerenciais a fim de promover

de forma ordenada o combate à degradação ambiental sem prejudicar o crescimento econômico da organização (SILVA; PESSOA, 2013).

A figura 2 demonstra que, no que tange a questão ambiental, as empresas sofrem influência de três grandes agentes: a sociedade, o mercado e o governo. Sem essas pressões, não seria possível visualizar o gradativo aumento da preocupação e ações das empresas com relação aos problemas ambientais (BARBIERI, 2007).

Figura 2 - Gestão ambiental – Influências



Fonte: Barbieri (2007, p. 113)

O Governo, nesse contexto, apresenta uma função de mediador principal desse processo, atuando como ordenador, e detentor das diretrizes e obrigações definidas na legislação, licenciando, fiscalizando e revisando as atividades com alto potencial de poluição, além de outras ações imprescindíveis à conservação do meio natural (QUINTAS, 2006).

No entanto, o Governo nem sempre consegue agir de forma a atender as necessidades e interesses da sociedade em geral. É então que esta, juntamente com os agentes do mercado, precisa exercer pressões diretas e indiretas nas organizações, no intuito de criar uma gestão ambiental participativa com a finalidade de diminuir os impactos ambientais negativos na qualidade de vida da sociedade e na degradação do meio ambiente (QUINTAS, 2006).

No entendimento de Barbieri (2007), qualquer ação de Gestão Ambiental precisará contemplar, no mínimo, três dimensões. São elas:

- Dimensão Espacial: abrange a área (global, regional, setorial etc.) que se deseja alcançar com a implantação das práticas de Gestão Ambiental;
- Dimensão Institucional: inclui os agentes responsáveis pelas iniciativas das práticas. Exemplos desses agentes são a própria empresa, a sociedade ou até mesmo o Governo;

- Dimensão Temática: envolve as questões ambientais (água, ar, solo etc.) na qual as práticas de gestão terão como foco.

No que tange a dimensão espacial, Barbieri (2007) destaca que é no interior dos estados nacionais que se encontram efetivamente as ações de gestão ambiental. Nesse pensamento, o autor faz uma ressalva ao dizer que as iniciativas de cunho global de nada adiantam se não forem seguidas de iniciativas nacionais e/ou locais.

A postura de atuação escolhida pela organização em relação aos problemas gerados pelas suas atividades será o fator determinante para o processo de implantação de práticas de GA e para a identificação da abordagem desenvolvida. Fonsceca et al. (2009) e Barbieri (2007) classificam essas abordagens em: Controle da Poluição, Prevenção da Poluição e Estratégia, conforme detalhado no Quadro 5.

Quadro 5 - Gestão Ambiental nas empresas – Abordagens

Características	Abordagens		
	Controle da Poluição	Prevenção da Poluição	Estratégia
Preocupação básica	Cumprimento da legislação e respostas às pressões da comunidade	Uso eficiente dos insumos	Competitividade
Postura Típica	Reativa	Reativa e proativa	Reativa e proativa
Ações típicas	Corretivas Uso de tecnologias de remediação e de controle no processo (<i>end-of-pipe</i>) Aplicação de normas de segurança	Corretivas e preventivas Conservação e substituição de insumos Uso de tecnologias limpas	Corretivas, preventivas e antecipatórias Antecipação de problemas e captura de oportunidades utilizando soluções de médio e longo prazo Uso de tecnologias limpas
Percepção dos empresários e administradores	Custo adicional	Redução de custos e aumento da produtividade	Vantagens competitivas
Envolvimento da alta administração	Esporádico	Periódico	Permanente e sistemático
Áreas envolvidas	Ações ambientais confinadas nas áreas geradoras de poluição	Crescente envolvimento de outras áreas como produção, compras, desenvolvimento de produtos e marketing	Atividades ambientais disseminadas pela organização Ampliação das ações ambientais para toda a cadeia produtiva

Fonte: Fonsceca et al. (2009, p. 18) e Barbieri (2007, p. 119)

Um exemplo de uma política de GA preventiva citado por Philippi Jr. e Pelicioni (2005, p. 249), é o *Pollution Prevention Act*, aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos, que define a prevenção da poluição como sendo “um conjunto de mecanismos e incentivos que levem os sistemas de produção, os processos ou práticas a reduzir ou eliminar a geração de poluentes [...] [e] que protejam os recursos naturais.”

Essa abordagem atua principalmente nos produtos e processos e tem como objetivo fundamental a redução máxima na perda de insumos e na poluição, tendo como foco: a eliminação do desperdício de insumos nos processos, diminuindo a geração de poluentes e; o controle, tratamento e destinação correta dos resíduos, incluindo reutilizações e reciclagens (PHILIPPI JR.; PELICIONI, 2005).

Já o Controle da Poluição é caracterizado pela atuação reativa da organização, a partir de práticas consolidadas para atender as normas legais. Nessa etapa as organizações fazem uso de tecnologias chamadas *end-of-pipe*, ou também chamadas de controles de final de processo. Essa ferramenta busca interceptar os poluentes oriundos dos processos organizacionais antes que eles entrem em contato com o meio ambiente (GIESTA, 2009).

Com relação aos resultados dessa gestão, Moreira (2006) afirma que o único benefício percebido por uma empresa que visa a Gestão Ambiental é a melhoria da sua reputação junto aos clientes e fornecedores e, conseqüentemente, uma maior vantagem competitiva perante a concorrência (MOREIRA, 2006).

No entanto o mesmo autor ressalta que, as principais vantagens que deveriam ser percebidas pelas organizações são:

- Redução nos desperdícios, redução nos custos e melhorias nos processos;
- Melhoria no desempenho ambiental;
- Boa reputação, perante a sociedade, os fornecedores e os órgãos ambientais;
- Auxilia no processo de evidenciar e disseminar a consciência ambiental por todos os *stakeholders*;
- E, ajuda a preservar os riscos ambientais, como multas, desastres ambientais ou processos judiciais.

No entanto, falta o nível mínimo de conscientização por parte das instituições para perceber as reais vantagens dessa gestão. Por último, destaca-se que cada um dos tópicos analisados nessa seção merecia uma pesquisa dedicada exclusivamente a eles pela imensidão de detalhes e perspectivas que poderiam ser exploradas.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar as ações sustentáveis adotadas pela agência Mossoró/RN do Banco do Brasil S/A, na busca de compreender: porque algumas ações sustentáveis são implantadas com êxito e outras apresentam uma maior dificuldade de serem executadas e mantidas por longo prazo?

Para isto, foi realizada uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, fazendo uso da entrevista semi-estruturada como instrumento de pesquisa. Compomar (1991) ressalta que a metodologia é de fundamental importância, pois valida o resultado das investigações de estudos científicos em pesquisas acadêmicas, permitindo o teste da premissa por parte de outros pesquisadores.

3.1 TIPO E DESCRIÇÃO GERAL DA PESQUISA

Este trabalho foi baseado em uma pesquisa de natureza descritiva, fazendo uso do estudo de caso. Para Gil (2002) a pesquisa descritiva é imprescindível, pois busca estabelecer relações entre variáveis e estudar determinada população ou fenômeno, através da observação, análise e interpretação dos fatos, utilizando técnicas padrões de coleta de dados.

O estudo de caso, na visão de Prodanov e Freitas (2013), consiste em coletar e analisar informações sobre um determinado indivíduo, grupo de pessoas ou comunidade, com o intuito de estudar variados aspectos de sua realidade, de acordo com o tema estudado. Isto permite a descoberta de aspectos que não haviam sido previstos no início e, em suma, busca esclarecer uma decisão, seus motivos, implantações e também seus resultados.

Em concordância com o exposto, foi empregada nesta pesquisa a abordagem qualitativa, já que busca a aquisição de dados descritivos através de um contato direto e interativo entre o pesquisador e a situação objeto de estudo, sendo o ambiente natural a fonte direta de coleta de dados, buscando retratar ao máximo os elementos existentes na realizada estudada (NEVES, 1996).

Segundo Prodanov e Freitas (2013), o método de pesquisa qualitativa considera que existe uma relação dinâmica entre o sujeito e o ambiente que não pode ser retratada em número, não tendo, portanto, a finalidade de numerar ou medir unidades. O pesquisador tende a analisar os dados indutivamente, não havendo a necessidade de comprovar hipóteses previamente estabelecidas.

Para Alves (2013) esse tipo de abordagem abrange técnicas interpretativas diversas, que descrevem as percepções dos indivíduos alvos da pesquisa sobre o assunto de interesse, assim como os diferentes significados do seu discurso.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Esta pesquisa foi realizada através de entrevista semi-estruturada que, conforme Gil (2009, p. 109), pode ser definida como,

[...] a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, por tanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Ainda segundo Gil (2009) a entrevista, enquanto instrumento de coleta de dados, é bastante indicada quando se deseja obter informações sobre o que as pessoas sabem, acreditam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca de explicações a respeito das coisas precedentes. De acordo com Severino (2007) a entrevista é uma técnica de coleta de informações sobre determinado assunto, em que as informações são conseguidas diretamente com o sujeito pesquisado.

A fim de analisar as ações sustentáveis adotadas pela agência Mossoró/RN do Banco do Brasil S/A, as entrevistas foram realizadas, de forma intencional, com as 3 pessoas mais envolvidas na temática no âmbito da agência, tendo em vista o conhecimento dos sujeitos sobre as ações do banco em relação ao tema. Dentre eles estavam 01 Gerente de Administração (à época, Gerente Geral em substituição legal) e 02 membros da ECOA (Equipe de Comunicação e Autodesenvolvimento). São eles os principais responsáveis pela difusão de valores e hábitos dentro da agência.

Apesar do pequeno número de entrevistados, tal fato não apresenta um viés nas análises, uma vez que a metodologia aqui empregada é de cunho qualitativo. Isto é, o fator influenciador não é de quantidade de entrevistas aplicadas, mas sim, as percepções extraídas dessas entrevistas.

O roteiro da entrevista, presente no apêndice A, foi dividido em três partes, buscando analisar as mesmas questões para as três dimensões do desenvolvimento sustentável (ambiental, social e econômica), também chamado de *Triple Bottom Line*.

Todas as entrevistas foram realizadas pessoalmente nas instalações da agência, entre o segundo semestre de 2013 e o primeiro semestre de 2014, com duração média de 30 minutos,

cada uma. As entrevistas foram gravadas através de um gravador digital e depois transcritas, de forma a facilitar a análise e interpretação dos dados de forma minuciosa.

Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo que, segundo Bardim (2006, apud MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que faz uso de procedimentos objetivos e sistemáticos na descrição do conteúdo das mensagens, recorrendo a indicadores (qualitativos ou não).

O objetivo principal desse modelo de análise é a manipulação, por parte do pesquisador, dos dados coletados através do instrumento de pesquisa escolhido, objetivando o reconhecimento do que está sendo dito no que diz respeito a determinado tema e buscando respostas para as questões de pesquisa.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

O presente trabalho foi realizado no Banco do Brasil S/A – Agência 0036-1 (Mossoró/RN), localizada na Praça Vigário Antônio Joaquim, nº 22, no Centro da cidade de Mossoró-RN. Em termos de estrutura organizacional, a Agência Mossoró é dividida em Gerência, Suporte, Atendimento Pessoa Jurídica e Atendimento Pessoa Física, possuindo em média 35 funcionários, 2 estagiários e 2 jovens aprendizes, além dos contratos/terceirizados.

O Banco do Brasil S/A (BB) é uma instituição financeira de economia mista, fundada no ano de 1808, sendo considerado o primeiro banco a atuar no Brasil. Atualmente é considerada uma das maiores instituições financeiras da América Latina, tendo superado, no ano de 2012, R\$ 1,2 trilhão em ativos e R\$ 580,8 bilhões na carteira de crédito ampliada. Além disso, o BB possui cerca de 58,6 milhões de clientes e conta com mais de 17,9 mil pontos de atendimento em 3,5 mil municípios brasileiros, além de estar presente em mais de 23 países (BANCO DO BRASIL, 2011).

Sua razão consiste em “ser um banco competitivo e rentável, promover o desenvolvimento sustentável do Brasil e cumprir sua função pública com eficiência”. Para isso, conta com mais de 114 mil funcionários em todo o mundo. Além disso, são exemplos da preocupação do Banco do Brasil relação aos preceitos da sustentabilidade e da responsabilidade sócio-ambiental: implantação de inúmeros projetos de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), concessão de linhas de crédito especiais, assinatura do Protocolo Verde, campanhas de conscientização de economia de energia, água e papel, implantação do Programa Ecoeficiência e de Coleta Seletiva, lançamento de sua agenda 21 empresarial, dentre outros (BANCO DO BRASIL, 2011).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As análises a seguir serão apresentadas conforme estrutura das questões do roteiro de entrevista, realizada com o Gerente de Administração, aqui e com os membros da ECOA (Presidente e Vice). Buscando preservar a identidade dos respondentes e facilitar o entendimento da análise, os respondentes serão tratados através da seguinte legenda:

Quadro 6 – Legenda utilizada para identificação dos respondentes

CARGO	LEGENDA
Gerente de Administração	Funcionário BB1
Presidente da ECOA	Funcionário BB2
Vice-Presidente da ECOA	Funcionário BB3

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Para melhor compreensão dos dados, esta sessão foi dividida em três tópicos, seguindo a estrutura do roteiro de entrevista. São eles: (i) dimensão ambiental; (ii) dimensão social; (iii) dimensão econômica.

4.1 DIMENSÃO AMBIENTAL

No decorrer das entrevistas percebeu-se que os funcionários BB2 e BB3 são os mais envolvidos com as questões ambientais no âmbito da agência. Quando questionados se a agência Mossoró possui algum projeto de caráter ambiental, ambos responderam que existe sim, porém, o principal projeto ainda está em fase de implantação.

O primeiro projeto, implantado a mais de um ano na agência, é o de substituição do uso de copos descartáveis por canecas de alumínio (Anexo 01). O projeto foi desenvolvido por uma funcionária da própria agência e a ação se expandiu para as outras agências da cidade e região vizinhas, como Serra do Mel e Baraúnas.

De acordo com o funcionário BB2, inicialmente os resultados esperados com o projeto corresponderam aos resultados que foram obtidos ao decorrer do tempo. Através de campanhas de conscientização e incentivo ao uso das canecas, percebeu-se uma grande aceitação por parte dos funcionários.

Uma média de cálculo realizada pela agência constatou que a agência consumia, em três meses, cerca de 10.000 mil copos descartáveis. Após três meses de projeto, constatou-se que esse consumo reduziu para cerca de 5.500 copos, no mesmo período.

No entanto o funcionário BB3 relata que:

O projeto das canecas, ele precisa de tempos em tempos ser revisado, porque muda muito de funcionários, aí quem vai leva sua caneca e quem chega não tem caneca. Então a gente tem que 1 vez por ano dar uma revitalizada, fazer a sensibilização, só que aí quando a gente assume mais de três funções num funcionário só, morre a responsabilidade.

Philippi Jr. e Pelicioni (2005), afirmam que realizar uma mudança de hábitos dentro de uma empresa, já em funcionamento, é uma tarefa muito difícil e muitas vezes desgastante, visto que ainda existe uma tendência natural de resistência às mudanças, predominando o pensamento de que “o problema não é dela e sim dos outros”.

Segundo o funcionário BB1, a grande razão para o projeto ter dado certo no seu primeiro ano foi a grande campanha de incentivo ao uso das canecas com cartazes, reuniões com o Superintendente Regional e planilhas demonstrando a economia financeira que seria gerada ao banco com a substituição dos copos descartáveis. (Anexo 02).

Em contra partida, o funcionário BB3 ressalta ainda que a maior dificuldade encontrada em manter esse projeto não é a conscientização dos funcionários e sim a ausência de uma equipe que se comprometa a fazer uma revisão no projeto a cada ano, ou a cada semestre.

Em complemento a afirmação do funcionário BB3, Almeida (2002) deixa claro que, no momento de criação e implantação de um projeto sustentável torna-se imprescindível a atuação e apoio da alta gerência, visto que sem este o projeto está destinado ao insucesso, antes mesmo de ser colocado em ação, gerando desperdício de recursos e tempo.

O outro projeto, ainda em fase de implantação, diz respeito à reciclagem de materiais como papel e plástico. O projeto surgiu em Natal/RN e abrange, inicialmente, somente as principais cidades do estado, como Natal (e Região Metropolitana), Mossoró e Caicó.

Em resumo, o funcionário BB3 descreve o plano do Banco do Brasil é:

[...] se adequar a legislação, começar um projeto de coleta seletiva, conscientizar todos os funcionários e com todo o equipamento disponível, pra doar o papel. Isso a nível, por enquanto Mossoró, Natal e Caicó. O banco programou o projeto num primeiro momento para os grandes centros do RN. Porque também tem que ter cooperativas organizadas em todos esses cantos. Caicó, por exemplo, ela foi pro treinamento para conscientizar, pra num segundo momento entrar, porque eles ainda não tinham lá uma cooperativa organizada, com dirigente, CNPJ, enfim. Você não pode doar o material para qualquer pessoa.

De acordo com o funcionário BB2, que recebeu o treinamento em Natal, o projeto funcionaria da seguinte maneira:

Nós tínhamos que formar um grupo, que tenha pelo menos três pessoas. Só que a orientação era: vão credenciar uma cooperativa – e não pode ser qualquer empresa – isso lá a partir de natal – [...] vamos formar vocês e vamos mandar o material. Só que não fizeram nada disso. Aí eu fiquei esperando, esperando, esperando aí acabou meu mandato na ECOA.

Ou seja, o banco se comprometeria a doar todo o material reciclado (papel, plástico, vidro e metal) para uma cooperativa cadastrada, que ficaria responsável por pesar todo o material recebido e enviar, mensalmente um relatório de tudo o que foi doado. A previsão do banco era que papel e plásticos fossem os itens mais doados.

Destaca-se que o projeto não englobará a doação de lixo orgânico nem computacional, uma vez que as cooperativas precisam de treinamento adequado para lidar com o descarte de material eletrônico e estes possuem compostos químicos que precisam ser descartados de modo específico e em locais apropriados.

O funcionário BB2 relata que o projeto está parado, primeiramente devido à greve ocorrida no ano passado, que atrasou a compra dos materiais necessários para o projeto, como lixeiras especiais e um fragmentador, visto que os papéis do banco, por serem dados sigilosos, não podem ser doados sem estarem totalmente triturados.

O segundo motivo é a transição do mandato da ECOA. A nova ECOA deveria se organizar e montar as diretrizes para seu mandando ao longo do ano. O que a priori ainda não foi feito. Além disso, seria necessário que a nova gestão passasse pelo mesmo treinamento que a gestão anterior recebeu.

Ainda de acordo com o funcionário BB2,

[...] a ECOA esse ano ainda não conseguiu se juntar desde que começou o mandato deles.[...] Eles têm que se reunir pra formar o Ecotime. [...] Pelo menos três deles têm que se reunirem [e] colocar o nome deles no sistema e repassar pra Natal pra saber que pelo menos tem um Ecotime, [porque] talvez eles estejam esperando, pra ‘estartar’ o processo, a equipe que vai ser responsável, pra saber quem é que vai ficar a cargo de receber o material e começar esse projeto.

O funcionário BB2 finaliza a entrevista afirmando que, se a agência Mossoró possui outros projetos de cunho ambiental eles são isolados e não possuem divulgação para todos os funcionários. E ressalta a importância da criação de novos projetos, seja em relação ao consumo de energia, água ou outros fatores.

Aponta-se, contudo, que os entrevistados foram escolhidos por sua aproximação com a temática. A falta de conhecimento por parte do funcionário BB2 pode sinalizar, então, uma possível falha de divulgação caso outras ações de fato existam.

4.2 DIMENSÃO SOCIAL

Com relação à dimensão social, o funcionário BB3 afirmou não conhecer nenhum projeto de natureza efetivamente social desenvolvido pela Agência Mossoró. Ele cita, no entanto, os projetos nacionais que incentivam o desenvolvimento econômico, mas que apresentam uma relação com a dimensão social. São eles o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e os projetos de DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável).

Já os funcionários BB1 e BB2 levantaram a questão para o fato de que o projeto de reciclagem abrange não só a dimensão ambiental, mas também a social. Para o funcionário BB1, se o projeto for implantado com êxito, a doação dos materiais reciclados contribuirá não só com o meio ambiente, mas também gerará mais renda para as cooperativas e, possivelmente, gerará mais empregos para famílias carentes.

O funcionário BB2 destaca que o surgimento de Cooperativas que trabalham com materiais recicláveis contribui na geração de emprego e maior renda para famílias carentes que antes dependiam de lixões e aterros para sobreviver.

Assim, o Banco do Brasil estaria atuando tanto na esfera ambiental quanto na esfera social, contribuindo para geração de emprego e renda e diminuindo os impactos ambientais causados pelas atividades do banco. Além de se adequar a legislações vigentes no país, dando destino correto a cada material.

Com esse projeto, percebe-se que o BB consegue contemplar as três dimensões da Gestão Ambiental descritos por Barbieri (2007). São elas: (i) dimensão espacial; (ii) dimensão institucional e; (iii) dimensão temática, envolvendo as questões ambientais.

Apesar desse envolvimento, Alves (2011) defende a ideia de que, um dos principais motivos que levam as empresas a buscar a agir na área social é a busca por uma reputação de excelência e a promoção da sua própria imagem corporativa. Pensando, não somente no benefício social, mas percebendo os resultados benéficos que tais ações podem repercutir para a empresa.

Em contra partida Gomes e Moretti (2007, apud ALVES, 2011), crêem que apesar de as empresas fazerem uso dos programas como instrumento de promoção institucional, isso não retira o mérito dos projetos sociais implantados pela organização, tendo em vista que muitos se tornam muito consistentes.

4.3 DIMENSÃO ECONÔMICA

Por meio da análise de conteúdo das entrevistas foi possível perceber que, sob o ponto de vista dos três entrevistados, PRONAF é o principal projeto de incentivo ao desenvolvimento econômico ao qual o Banco do Brasil está ligado. Porém, não foi citado por nenhum dos respondentes, qualquer projeto econômico desenvolvido no âmbito da agência.

O funcionário BB1, principal responsável pelo Pronaf na agência, conta que o PRONAF é uma linha de crédito do Governo Federal destinada ao pequeno produtor que tem 70% de sua renda proveniente da agricultura. O programa, que é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), conta com recursos do Orçamento Geral da União (OGU).

Segundo informações do MDA, o Pronaf destina-se ao apoio financeiro das atividades e serviços rurais, sejam eles agropecuários ou não, e tem por objetivo: fortalecer atividades do agricultor familiar, aumentar a renda e integrá-lo às cadeias do agronegócio. Além de agregar valor ao produto e à propriedade.

O funcionário BB1 conta que, para fazer um financiamento junto ao Banco do Brasil, “[...] o agricultor primeiramente deve se cadastrar no site do MDA e elaborar um projeto técnico, feito pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) ou empresa cadastrada pelo banco”.

Depois de fornecida toda a documentação necessária ao Banco, a proposta será analisada pela agência. Verificada a viabilidade do projeto, a capacidade de pagamento, e a situação de inadimplência do agricultor é formalizado o Contrato de Repasse de Recursos entre o Banco do Brasil e o proponente.

O funcionário destaca que a principal dificuldade do programa é conscientizar o agricultor de que, embora seja um financiamento com juros subsidiados pelo governo, que variam de 1% a 3% ao ano, o agricultor tem que pagar. “Muitos pensam que é um dinheiro dado. Mas tem que pagar!”

Outro projeto de caráter social citado pelo funcionário BB3 são os projetos de DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável), que segundo o mesmo são:

[...] uma estratégia negocial do Banco que busca incentivar o desenvolvimento sustentável em todas as regiões onde o BB está presente, através do apoio, por agentes políticos e econômicos, as atividades produtivas que são economicamente viáveis, ambientalmente corretas e socialmente justas.

Ainda segundo o funcionário BB3, o Banco do Brasil atua nessa área dando apoio e incentivos às atividades produtivas, nas áreas urbanas e rurais, seja na indústria, agronegócio,

comércio ou serviços. O objetivo é contribuir para a geração de emprego e renda e incentivar o uso de práticas que possibilitem um aumento da qualidade dos indicadores de desenvolvimento social e ambiental, agregando assistência técnica, novas tecnologias, capacitação e consultorias.

Sua metodologia é composta pelas seguintes etapas: sensibilização/capitalização; escolha das atividades produtivas; formação das equipes DRS; diagnósticos; planos de negócios DRS; análises; implantação; monitoramento e avaliação.

Com relação ao envolvimento da agência Mossoró e o DRS, o funcionário BB2 relata que:

[...] Aqui tinham 4 programas do DRS que era o dos caprinos, o pessoal do caju lá em Serra do Mel, os girassóis e tinha o pessoal dos catadores de lixo, que o banco ia participar de um projeto de financiamento para cooperativa se estruturar e fazer um novo galpão. Isso ia misturar as 3 áreas. Eles iam construir um galpão com esse financiamento e iam aumentar o número de pessoas trabalhando lá.

O depoimento ilustra a visão de Lins e Wajnberg (2007), que afirmam que, a oferta desses programas de financiamentos possibilita não somente a melhoria no desempenho econômico-financeiro do Banco (por meio do aumento da receita), mas também trás melhorias para as comunidades e para o meio ambiente.

No quadro 7 abaixo, é possível visualizar (de forma sintética) a relação entre os objetivos deste trabalho e os principais resultados obtidos após a análise dos dados coletados nas entrevistas.

Quadro 7 – Objetivos vs. principais resultados obtidos

	Objetivos específicos	Principais resultados
Objetivo Geral: analisar as ações sustentáveis adotadas pela agência Mossoró, do Bando do Brasil.	Descrever as ações que refletem a dimensão ambiental da sustentabilidade	• Projeto 1: Substituição de copos descartáveis por canecas • Projeto 2: Coleta Seletiva;
	Analisar as ações da dimensão social da sustentabilidade	• Nenhum projeto de caráter efetivamente social foi citado; • Dois projetos de cunho social desenvolvidos pelo Banco do Brasil apresentam relação com a dimensão social (Pronaf e DRS); • O projeto da Coleta Seletiva também foi citado por apresentar relação com a área social.
	Descrever as ações que refletem a dimensão econômica da sustentabilidade	• Nenhum projeto desenvolvido pela agência foi citado; • Principais projetos: Pronaf e DRS; • Os dois projetos englobam a área econômica e a área social.

	Identificar e analisar as dificuldades primordiais encontradas na implantação dessas ações	• Inexistência de uma equipe para liderar e coordenar os programas na agência; • Falta de sinergia; • Conscientização dos funcionários e sociedade; • Apoio e participação da alta gerência
--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Portanto, de forma geral, os resultados apontam para um contexto de atuação nas três áreas propostas pelo Desenvolvimento Sustentável, porém ainda de forma desproporcional e com inúmeras dificuldades a serem transpassadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto ao longo deste trabalho, a problemática envolvendo as questões ambientais está cada vez mais no pólo das discussões mundiais. Na tentativa de sobreviver no mercado cada vez mais competitivo e exigente, as empresas estão buscando, cada dia mais, adotar práticas sócio-ambientais aliado à estratégia da organização (FONSCECA et al., 2009).

Para o Banco do Brasil, essa temática não é um assunto recente. Um exemplo disso é a sua própria razão, que consiste em “ser um banco competitivo e rentável, promover o desenvolvimento sustentável do Brasil e cumprir sua função pública com eficiência” (BANCO DO BRASIL, 2011).

Esta pesquisa, cujo objetivo foi analisar as práticas sustentáveis adotadas pelo Banco do Brasil, agência Mossoró, apontou que alguns projetos desenvolvidos pelo banco poderiam ser mais bem explorados, principalmente o projeto da coleta seletiva e reciclagem. Entretanto, por se um projeto recente, que ainda não foi implantado, acredita-se que sua presença no futuro seja mais assídua.

Destaca-se também que o Banco do Brasil, em específico a agência Mossoró, trabalha aliada ao conceito de DS, definido por Guedes (2007) como sendo a busca pelo desenvolvimento econômico sem gerar prejuízos ao meio ambiente.

Percebe-se ainda que o banco consegue contemplar, em diferentes intensidades, as 3 dimensões do DS descrita por Cirelli e Kassai (2013) de *Triple Bottom Line*, ou Tripé da Sustentabilidade. Entretanto, torna-se relevante destacar que não foi percebida nenhuma ação adotada pela agência que englobasse ao mesmo tempo todos os elos (crescimento econômico, preservação ambiental e o progresso social).

Em complemento, algumas dificuldades foram citadas pelos entrevistados na busca por criar e manter esses projetos ao longo do tempo. A principal delas é a inexistência de uma equipe que lidere e coordene os programas na agência. Relatou-se também que, embora todos os projetos possuam envolvimento dos funcionários, é preciso que haja uma sinergia entre todos os colaboradores para o sucesso de cada projeto – não só dos funcionários do banco, mas também da sociedade, do governo e de outras empresas ligadas aos projetos. A falta de conscientização dos funcionários e o apoio e participação constantes da alta gerência também foram pontos destacados.

Por fim, destaca-se que o presente trabalho apresentou caráter interpretativo e não crítico em relação às ações desenvolvidas pelo Banco do Brasil. Assim sendo, este estudo

buscou enriquecer os estudos e discussões relacionados à temática, servindo como uma abordagem complementar e estimulando a realização de novas pesquisas capazes de corroborar para uma maior compreensão do fenômeno de maneira holística.

Desta forma faz-se necessário apresentar recomendações que poderão ser úteis para novos pesquisadores do tema, como: realizar o estudo em um momento diferente a fim de constatar a efetiva continuidade das ações; realizar estudos similares em outras instituições; e também realizar estudos com uma abordagem quantitativa a fim de poder comparar variáveis e obter respostas mais generalizáveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALVES, Priscila de Andrade. **A responsabilidade social corporativa e a sustentabilidade de práticas típicas de comunidades alvo no DF**: um estudo de caso no Banco do Brasil. [Monografia] Brasília, 2011. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/2066/1/2011_PrisciladeAndradeAlves.pdf> Acesso em: 23 jan. 2013.

BANCO DO BRASIL. **Sustentabilidade**. 2011. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>> Acesso em: 23 jan. 2013.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAMPOMAR, Marcos Cortez. Do uso de “estudo de caso” em pesquisas para dissertações e teses em administração. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 26, n. 3, p.95-97, 1991.

CIRELLI, Giuliano Alves; KASSAI, José Roberto. **Análise da percepção sobre sustentabilidade por parte de stakeholders de uma instituição financeira**: um estudo de caso. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/497.pdf>> Acesso em 25 fev. 2013.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de *Our common future*. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

ENLAZADOR, Thomas. **Almanaque de práticas sustentáveis**. 3.ed. Recife: autores, 2010. Disponível em: <<http://www.amane.org.br/download/ALMANAQUE%20DE%20PRATICAS%20SUSTENTAVEIS.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2013.

FEBRABAN. **Relatório Social 2006**. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br>> Acesso em: 28 mar. 2013.

_____. **Relatório Anual 2009**. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br>> Acesso em: 28 mar. 2013.

FONSCECA et. al. **Gestão ambiental empresarial:** aplicada no estudo de caso do tratamento de água em New York. Guarulhos, 2009.

GIESTA, LÍlian Carpolíngua. **Educação ambiental e Sistema de Gestão Ambiental em empresas.** Porto Alegre, 2009. Disponível em:
<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=165499> Acesso em: 18 jan. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRASEL, Anderson Marlon. **Diagnóstico para implantação de um sistema de gestão ambiental na empresa “água mineral Itaipu”.** Paraná, 2008. CD-ROM

GUEDES, Kariny Maria. **Lixo e sustentabilidade:** uma análise da reciclagem da cooperativa 100 dimensões. Brasília, 2007. Disponível em:
<<http://observatorioderesiduos.com.br/?p=548>> Acesso em: 14 dez. 2012.

KOERICH, Joseane Maria. **Desenvolvimento sustentável, responsabilidade sócio-ambiental e atuação das instituições financeiras:** um estudo dos quatro grandes bancos nacionais. Florianópolis, 2008. CD-ROM

LINS, Clarissa; WAJNBERG, Daniel. **Sustentabilidade corporativa no setor financeiro brasileiro.** Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://fbds.org.br/IMG/pdf/doc-243.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2012.

MEDEIROS, Juliana Carvalho. **Sustentabilidade corporativa no setor bancário brasileiro:** práticas de sustentabilidade adotadas pelos dez maiores bancos atuantes no país. Brasília, 2011. Disponível em:
<http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/2845/1/2011_JulianaCarvalhoGoncalvesDiasdeMedeiros.pdf> Acesso em: 02 dez. 2012.

MOREIRA, Maria Suely. **Estratégia e implantação do sistema de gestão ambiental:** modelo ISO 14000. 3. Ed. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda., 2006.

MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. **Qualidade e gestão ambiental.** Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI D. Documentos e Debates: análise de conteúdo. **Revista de Administração Contemporânea - RAC.** Curitiba, v.15, n.4, pp. 731-747, Jul/Ago. 2011. Disponível em: <<http://anpad.org.br/rac>> Acesso em: 01 mar. 2014.

NASCIMENTO, Luis Felipe; LEMOS, Ângela; MELLO, Maria Celina. **Gestão Socioambiental Estratégica.** Porto Alegre: Bookman, 2008.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração.** São Paulo, v.1, n.3, 1996. Disponível em:
<http://www.dcoms.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf> Acesso em: 21 jan. 2014

OLIVEIRA, Cleide; DENARDIN, Elio; MURINI, Lisandra. Responsabilidade socioambiental e sustentabilidade nas empresas de transporte de Santa Maria-RS. **V Congresso Nacional em Excelência em Gestão**. Niterói, RJ, 2009. Disponível em: <<http://www.excelenciaemgestao.org>> Acesso em: 19 nov. 2012.

PEREIRA, Juan Charles. Finanças sustentáveis: qual a realidade dos bancos privados brasileiros após a adesão da FEBRABAN ao Protocolo Verde. **VI Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. ISSN 1984-9354. Niterói, 2010. Disponível em: <<http://www.excelenciaemgestao.org>> Acesso em: 01 Mar. 2013.

PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2005.

PHILIPPI JR., Arlindo; ROMÉRO, Marcelo; BRUNA, Gilda. **Curso de gestão ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUINTAS, José Silva. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2ª Ed. Revista. – Brasília: Ibama, 2006.

SALGADO, Vivian Gullo. **Indicadores de ecoeficiência e o transporte de gás natural**. Rio de Janeiro: Interciência, 2007.

SANTOS, Patrick Michel; FINAZZI, Silvia Vieira. Análise do discurso ambiental dos bancos brasileiros de varejo cujas ações são negociadas na Bovespa. **IV Encontro Nacional da Anppas**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br>> Acesso em: 01 mar. 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Clístenes Henrique. **Sustentabilidade no Banco do Brasil S.A: a responsabilidade socioambiental para além da vantagem competitiva**. Bahia, 2008. Disponível em: <<http://www.anabb.org.br/pdf/monografia.pdf>> Acesso em 30 nov. 2012.

SILVA, Márcia; PESSOA, Zoraide. **Educação como instrumento de gestão ambiental numa perspectiva transdisciplinar**. Rio Grande no Norte, 2013. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo19.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2013.

APÊNDICE

Apêndice A – Roteiro da entrevista realizada com os funcionários da agência Mossoró**ROTEIRO DA ENTREVISTA**

Cargo: _____

Tempo de atuação no Banco do Brasil: _____ anos

Tempo de atuação na agência Mossoró: _____ () semanas () meses () anos

DIMENSÃO AMBIENTAL

1. A agência Mossoró possui algum projeto de caráter ambiental?
Se sim, quais são eles? Se não, por quê?
2. Quem foram os responsáveis pela criação e implantação desses projetos?
3. Qual a sua abrangência (agência isolada, agências da cidade, regional ou nacional)?
4. Quais os resultados esperados?
5. Os resultados obtidos correspondem aos esperados?
6. Todos os funcionários da agência possuem conhecimento dessas ações?
7. Os funcionários possuem algum tipo de participação nos projetos? Esta participação é obrigatória ou voluntária?
8. Em sua opinião, quais são as principais dificuldades enfrentadas durante a implantação desses projetos?

DIMENSÃO SOCIAL

9. A agência Mossoró possui algum projeto de caráter social?
Se sim, quais são eles? Se não, por quê?
10. Quem foram os responsáveis pela criação e implantação desses projetos?
11. Qual a sua abrangência (agência isolada, agências da cidade, regional ou nacional)?
12. Quais os resultados esperados?
13. Os resultados obtidos correspondem aos esperados?
14. Todos os funcionários da agência possuem conhecimento dessas ações?
15. Os funcionários possuem algum tipo de participação nos projetos? Esta participação é obrigatória ou voluntária?
16. Em sua opinião, quais são as principais dificuldades enfrentadas durante a implantação desses projetos?

DIMENSÃO ECONÔMICA

17. A agência Mossoró possui algum projeto de caráter econômico?
Se sim, quais são eles? Se não, por quê?
18. Quem foram os responsáveis pela criação e implantação desses projetos?
19. Qual a sua abrangência (agência isolada, agências da cidade, regional ou nacional)?
20. Quais os resultados esperados?
21. Os resultados obtidos correspondem aos esperados?
22. Todos os funcionários da agência possuem conhecimento dessas ações?
23. Os funcionários possuem algum tipo de participação nos projetos? Esta participação é obrigatória ou voluntária?
24. Em sua opinião, quais são as principais dificuldades enfrentadas durante a implantação desses projetos?

ANEXOS

Anexo 01 – Modelo da caneca usada no projeto



Anexo 02 – Material de divulgação e conscientização do Projeto das Canecas

diga não aos copos plásticos



traga sua caneca e contribua com um mundo mais limpo

Além do desperdício, os copos plásticos, quando utilizados com bebidas quentes, como café ou chá, levam um pouco de sua composição química para o seu corpo, e isto é um perigo, porque os produtos químicos que são ingeridos têm propriedades tóxicas, inclusive, atuam como hormônios femininos, podendo desencadear, a longo prazo, infertilidade masculina, diabetes, hiperatividade, câncer, entre outras doenças.

E mais: como o preço dos plásticos caiu muito no mercado da reciclagem, poucos catadores se interessam em coletá-los para comercializá-los. Então os copos plásticos acabam indo parar no lixo.

Se você não liga para sua saúde, pense nas gerações futuras: cada copo plástico utilizado demora cerca de 100 anos para se decompor na natureza.

Livre-se dos plásticos se quiser continuar vivo!



Consciência ambiental: você pode.
Lembre-se dos 3Rs: Reduzir o consumo/Reutilizar/Reciclar

